ACÓRDÃO N.º 57.043
(Processo n.º 2016/51474-0)

Assunto: Tomada de Contas Especial referente ao Convênio SECTET n.º 018/2004.

Responsável/Interessado: SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS e Associação Cultural e Esportiva Viva Bragança.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

EMENTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONVÊNIO. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CONTAS IRREGULARES. GLOSA DE VALORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DE MULTAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO.

1. Omissão no dever de prestar contas impede a aferição objetiva e técnica quanto à correta aplicação dos recursos transferidos para a execução do convênio, acarretando o julgamento pela irregularidade com a imputação de débito ao responsável e aplicação de multas regimentais;

2. Na hipótese em que os responsáveis forem omissos no dever de prestar contas, é imperativo o julgamento pela irregularidade e a condenação, de forma solidária, da pessoa jurídica de direito privado e do seu administrador, ao ressarcimento da integralidade dos valores transferidos, haja vista a presunção legal de débito pelo dano ao erário decorrente dessa omissão.

3. A ausência de prestação de contas é considerada ato de improbidade administrativa conforme disposição do art. 11 da Lei n.º 8.429/92, devendo os autos serem encaminhados ao Ministério Público do Estado para as providências cabíveis.

Relatório do Exm.º Sr. Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA:

Processo n.º 2016/51474-0.

O presente processo trata da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio n.º 018/2004, celebrado entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – SECTET e a Associação Cultural e Esportiva Viva Bragança, de responsabilidade da Sra. Sandra Neile Pereira Lemos, presidente à época. Teve como objetivo o projeto “Jovem On Line”. Valor do convênio: R\$157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais). Valor repassado pelo Estado: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Valor da contrapartida: R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

A vigência do convênio ocorreu no período de 29/09/2014 a 30/09/2015. Diante da não prestação de contas, o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica instaurou a tomada de contas especial na data de

Tribunal de Contas do Estado do Pará

27/06/2016

(Portaria

185/2016).

O repasse foi realizado integralmente. Não constam nos autos qualquer documentação que comprove a execução de despesas.

A SECTET, através da fiscal responsável pelo contrato, Sra. Maria de Fátima Santos Martins, informa aos autos que foi realizada uma viagem de acompanhamento e fiscalização nas comunidades citadas no Projeto, mas não houve a comprovação de que os cursos de informática foram realizados, nem tampouco, foram encontrados equipamentos relacionados na planilha do convênio e nem alunos participantes do curso. Informa que a Associação foi notificada e questionada acerca da realização do convênio, bem como, da prestação de contas dos recursos repassados, entretanto, se manteve silente. Conclui, portanto, pela não execução do objeto.

Devidamente citadas, por telegrama entregue e assinado, a responsável pelas contas e a pessoa jurídica beneficiada, não se manifestaram perante esta Corte.

O Órgão Técnico opina pela irregularidade das contas com devolução do total repassado, aplicação de multas regimentais à responsável e responsabilidade solidária da Associação Cultural e Esportiva Viva Bragança.

É o relatório.

VOTO:

Considerando tudo o que consta nos autos, os pareceres do Órgão Técnico e do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 56, III da LOTCE, julgo irregulares as contas de responsabilidade da Sra. Sandra Neile Pereira Lemos. Condeno as responsáveis, solidariamente, pessoa física e a pessoa jurídica, à devolução do total dos valores repassados, devidamente corrigido. Aplico à Sra. Sandra Neile Pereira Lemos as multas de R\$1.500,00 (mil quinhentos reais) pela prática de ato ilegítimo e de R\$2.000,00 (dois mil reais) pelo não encaminhamento de documentos a que está obrigada, com fundamento no Art. 83, incisos II e VII da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Lei Complementar nº. 81/2012). Determino o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual para matéria de sua competência.

Por fim, observo que neste caso específico, diante da total desídia com o dinheiro público, aplico a responsabilidade solidária em consonância com o posicionamento corrente desta Corte de Contas, que já faz uso desta espécie de responsabilização em seus julgados, fundamentando-se de forma subsidiária na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, que à prevê expressamente.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “a” c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos III e VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas, e condenar solidariamente a Sra. SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS, ex-presidente, (CPF: 512.780.652-53) e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA VIVA BRAGANÇA (CNPJ: 05.884.583/0001-84), à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devidamente atualizado a partir de 14/10/2014 e acrescido de juros até o seu efetivo recolhimento;

Tribunal de Contas do Estado do Pará

2) Aplicar à Sra. SANDRA NEILE PEREIRA LEMOS, as multas no valor de R\$1.500,00 (mil quinhentos reais), pelo dano ao Erário e R\$2.000,00 (dois mil reais) pela instauração da Tomada de Contas.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo, para pagamento das multas cominadas, o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 17 de outubro de 2017.

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Presidente em exercício

LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros: NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Felipe Rosa Cruz.
PC/0100754